

## COMUNICAR COM SENTIDO (S) NO SÉCULO XIX EM PORTUGAL: O EMBLEMÁTICO ANO DE 1852

*Communicate with sense (s) in the XIX Century in Portugal: the emblematic 1852  
year*

RODRIGUES, Elvira<sup>1</sup>; & RODRIGUES, Bartolomeu<sup>2</sup>

---

### Resumo

Nesta comunicação apresentamos os resultados de um estudo exploratório em torno da imprensa portuguesa no emblemático ano de 1852, o qual corresponde a profundas mutações na sociedade portuguesa, advindas da queda definitiva do Cabralismo em 1851 e do advento da Regeneração. Inovar é a palavra de ordem, acabar com a estagnação e desordem, provocadas pela instabilidade política em que até então se vivia. O universo de publicações periódicas com início em 1852, num total de 34 novos títulos, é significativo e mereceu a nossa particular atenção num contexto de investigação mais vasto, ligado à imprensa no século XIX, em que cada um dos autores se posiciona. Este artigo assenta no levantamento e análise das publicações mencionadas com recurso ao espólio existente na Biblioteca Municipal do Porto e na Biblioteca Nacional, em Lisboa, suportado pela hermenêutica, na análise e na síntese de textos insertos nos 34 periódicos consultados, tendo forçosamente em atenção, não apenas as nossas fontes primárias, mas também uma numerosa variedade de fontes secundárias, nomeadamente, a historiografia e a literatura, para o período em estudo.

### Abstract

In this paper we present the results of an exploratory study about the Portuguese press in the emblematic year of 1852, which corresponds to profound changes in portuguese society, arising from the final fall of Cabralismo in 1851 and the advent of regeneration. Innovation is the watchword, end the stagnation and disorder caused by political instability in which up to then lived. The universe of periodicals starting in 1852, a total of 34 new titles, is significant and deserved our particular attention in the context of wider research on the press in the nineteenth century, where each author stands. This article is based on the survey and analysis of the publications mentioned using the existing estate in the City of Port Library and the National Library, in Lisbon, supported by hermeneutics in analysis and synthesis inserts texts in the 34 referred journal forcibly taking into account not only the our primary sources, but also a large variety of secondary sources, including, historiography and literature, for the period under study.

**Palavras-Chave:** *Imprensa Periódica Portuguesa; 1852; Regeneração.*

**Key-words:** *Periodical Press Portuguese; 1852; Regeneration.*

**Data de submissão:** setembro de 2020 | **Data de publicação:** dezembro de 2020.

---

<sup>1</sup> ELVIRA RODRIGUES - Escola Secundária Augusto Gomes, CFAE- Matosinhos | UTAD. PORTUGAL. E-mail: [elvirarodrigues@esag-edu.net](mailto:elvirarodrigues@esag-edu.net).

<sup>2</sup> JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES - UTAD. PORTUGAL. E-mail: [jbarto@utad.pt](mailto:jbarto@utad.pt)

## NOTA INTRODUTÓRIA

*A pena é uma virgem, a imprensa é uma prostituta. Roger Chartrier*

O Liberalismo no século XIX fez aparecer o Jornal enquanto “livro do povo”. A imprensa apresenta-se diversificada em vários ramos, respondendo dessa forma à necessidade política, cultural e de divulgação tecnológica da sociedade civil. Como refere Castilho, Feliciano (1841) na *Revista Universal Lisbonense*.

(...) este século é tão destruidor como criador, matou a livraria e pôs em seu lugar o jornalismo. Assim, devia ser, porque este século é popular. Os livros eram a muita ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de ciência para todos.

Concordemos, ou não, com esta afirmação, é indiscutível que a liberdade de imprensa institucionalizada após a revolução de 1820 (não obstante as vicissitudes que irá ainda sofrer), é causa e consequência do alargamento da leitura e da circulação de ideias em Portugal. As próprias vicissitudes do dualismo liberais/absolutistas favorecem o aparecimento de uma imprensa que, embora como muitas vezes se afirma, vivendo ainda a exuberância da sua adolescência, não deixa de ser a expressão da vivência e vivências de uma época. Como refere Basto, Magalhães (1940, p. 295) antes de 1820:

(...) quase não houvera jornalismo no Porto. O *Diario Nacional* começou a publicar-se em 26 de Agosto de 1820. Antes publicara-se em 1749 o *Zodiaco Medico-Portuguez* ou *Lusitano-Delfico*; em 1761, a *Gazeta Litteraria* do Cónego Francisco Bernardo de Lima. O *Diario Universal de Medicina, Cirurgia, Pharmacia*, etc., saiu em 1794 a 1796; o *Anno Medico* em 1792. Exceptuando, em parte, a excelente *Gazeta Litteraria*, todos estes periódicos se ocupavam quase exclusivamente de Medicina e de Ciência em geral. Nada ou quase nada diziam do que se passava na cidade, no país ou no mundo. Muito menos se ocupavam de política (...).

No dia 24 de Agosto de 1820, na cidade do Porto, estalou e triunfou a Revolução Liberal. Ela representou, no plano simbólico, o levantamento de algumas camadas, particularmente as da burguesia, contra as práticas abusivas do Antigo Regime. Nesse ano surgiram quatro títulos no Porto e quinze em Lisboa. De início do século XIX e até à revolução liberal desempenhou papel importante a imprensa clandestina. Após esta revolução surge nesta cidade o primeiro quotidiano, *O Diário Nacional*, sob os auspícios da Junta do Supremo Governo Provisório do Reino. Com poucas exceções, a imprensa periódica da cidade extingue-se em dois momentos decisivos: com o primeiro golpe contra o Liberalismo, em 1823, (Vilafrancada e suspensão da Constituição de 1822) e em 1828, aquando da derrota da Junta do Porto contra D. Miguel e que provoca uma nova

vaga de emigração - em 1829 José de Sousa Bandeira, foi condenado à morte, pena depois alterada para prisão perpétua por ter criticado no seu jornal o rei absoluto -. A 2ª emigração (1828-1832) traduz-se numa nova vaga de jornais de emigrados, os quais são, no entanto, de difícil receção no Porto.

O regime que se implantou em 1834 em Portugal, não só representa uma rutura com a conjuntura do quadro histórico de 1820, como inaugura uma segunda fase do liberalismo.

A partir dessa altura com a restauração do Liberalismo os jornais ganham maior projecção. Nesta vaga insere-se o jornal cartista – *O Periódico dos Pobres do Porto* (1834) e *O Nacional* (1846-1870), setembrista. A lutas cartistas/setembristas, a partir de 1836 faz aumentar visivelmente a circulação de jornais, com especial incidência para a cidade invicta onde se multiplicam os jornais setembristas de propaganda e defesa do governo, paralelamente à criação das novas instituições académicas do governo de Passos Manuel, revistas científicas e literárias – ex: *A Vedeta da Liberdade* (1836-1837); *A Revista Jurídica*; *O Cidadão Filantrópico* (1836); *O Artilheiro* e *O Atleta* de 1836-1837.

Durante a fase da guerra civil a imprensa ficou suspensa mas com a Junta do Porto, em 1846, surgem vários jornais, a saber: *O Curioso*, *O Progressista*, *O Nacional*, *A Estrela do Norte*, e em 1847 *O Ecco Popular*. Em 1840, também a cidade de Lisboa vê surgir o grande jornal setembrista, *A Revolução de Setembro*, com José Estevão. A colaboração de escritores torna-se vulgar, bem como o facto de os partidos estarem de forma mais ou menos explícita representados nos jornais em circulação. A luta de facções transforma-se em luta partidária com imensos e intensos reflexos na imprensa.

Podemos afirmar que 1834 é o marco que separa por justaposição o Portugal Antigo do Portugal Novo. Para trás, fica a memória, ainda viva, de um país abalado por tempestades políticas e a guerra civil que lhe ensanguentou o solo; doravante, nasce o sonho da liberdade e do progresso, assim caracterizado por um jornal da época:

A época de terror e luta que atravessámos deixou em nós profundas impressões que o tempo não as poderá facilmente delir, e todos os nossos sentimentos, postos em acção por uma série de acontecimentos incalculáveis, ainda não poderão assentar; as paixões em agitação e até em combate, nem nos podem ainda bem reflectir que gozamos as delícias de um mundo livre. Em tais circunstâncias, pois será bem difícil conciliar a atenção pública, por tantas e tão justas causas distraída; no entanto, depois do restabelecimento das liberdades pátrias, cumpre promover a difusão da instrução pública, a base mais sólida e inconcussa [sic] em que aquelas podem assentar, e pouco a pouco ir reparando as ruínas causadas pelos anos do império da ignorância e da inquietude (Repositório *Literário* (1834), *Introdução* ao número 1).

Aniquilado o absolutismo, esperava-se um tempo novo: um tempo em que de alguma maneira Portugal pudesse recuperar da estagnação belicosa de 14 anos cumulativos ao atraso de dois séculos consecutivos em que o país havia mergulhado:

Já é tempo que a todos chegue o reinado da luz. Portugal está atrasadíssimo no que propriamente se diz civilização derivada da ilustração. [...] Se até agora, segundo *Chauchard* e *Munia* «guerras contínuas, depois o jugo pesado de Espanha, a opressão da inquisição, e nos últimos tempos, excessos de um governo despótico, impediram (em Portugal) o progresso das ciências e das letras», essas razões de desculpa passaram. A influência dos últimos tempos quase lhes varreu de todo a memória. Chegado é o tempo do trabalho e das melhorias úteis (Pan, 1853, p. 226).

Porém, a seguir à tempestade não se segue, necessariamente, a bonança.

O fim da guerra civil não significou estabilidade para o País. Os liberais achavam-se minados por divisões internas e a reintegração dos absolutistas na família política só contribuiu para piorar a situação. Exacerbaram-se as perseguições contra o lado vencido, com os confiscos e as destruições acompanhantes (Marques, Oliveira, 1977, pp. 94-95).

Em síntese, a situação política em 1834 caracterizava-se pela precariedade a todos os níveis: crise económica, ideológica e militar e marginalização das camadas populares.

D. Pedro faleceu nesse mesmo ano, e a princesa, com apenas quinze anos, foi proclamada rainha. A conjuntura era difícil: os liberais não conseguiram a convergência; pelo contrário, partidarizaram-se e hostilizaram-se mutuamente, travando, a partir de então, uma guerra implacável que se prolongou até 1851.

De um lado, os vintistas, defensores da *Constituição* de 1822; do outro, os cartistas, defensores da *Carta Constitucional* outorgada por D. Pedro IV: «[...] a Constituição de 1822 tinha sido elaborada pela Nação e imposta ao rei, a Carta fora preparada pelo rei em sua “real sabedoria” e concedida como uma dádiva à nação (Saraiva, 1999, pp. 285–286).

A Carta representava o direito divino dos reis; era uma concessão do senhor, em vez de um pacto social, ao passo que a Constituição de 1822, derivava da soberania popular, era a consagração das doutrinas democráticas. Mas o país não podia esperar mais: por isso, surgiram medidas para o erguer do pântano em que se encontrava, logo no alvorecer do constitucionalismo: (...) do ponto de vista legislativo, as inovações de maior relevo do constitucionalismo monárquico foram a legislação de Mouzinho da Silveira, a extinção das ordens religiosas, as tentativas municipalistas e a publicação do Código Civil (Saraiva, 1999, p. 292).

No dia 11 de setembro de 1836 eclodiu, em Lisboa, a revolução, conhecida como Setembrismo, que opôs os vintistas aos cartistas. Com o *setembrismo* foi abolida a Carta Constitucional e provisoriamente restaurada a Constituição de 1822, até que surgisse uma nova Constituição resultante do compromisso entre ambas.

Ao contrário da outra revolução, o Setembrismo não foi um pronunciamento de chefes militares que arrastou as massas populares atrás de si; pelo contrário, foi uma iniciativa popular à qual as tropas aderiram. José Hermano Saraiva, na sua *História Concisa de Portugal* (1999:299-302), dá-nos uma síntese admirável deste período conturbado da História de Portugal:

O Setembrismo, que até meados do século, serviu para exprimir a ala mais avançada do liberalismo, aguentou-se no poder quatro anos: de 1836 a 1840. Foi um período de profunda instabilidade. No ano da revolução, partiu do palácio real uma tentativa de golpe de estado para restaurar a Carta, a *Belenzada*, que contou com o apoio de Inglaterra e da Bélgica.

Em 1837 deu-se a revolta dos quartéis, que teve como protagonistas Saldanha e Terceira, razão pela qual ficou conhecida como *revolta dos marechais*. Durou de Julho a Setembro, tendo sido vencida após sangrentos combates.

Os batalhões da Guarda Nacional (movimento paramilitar) constituíam uma nova força do movimento hostil ao Governo. O movimento mais ativo desses batalhões era o dos *arsenalistas*. Liderados por Soares de Caldeira, intentaram novo assalto ao poder. Este movimento foi aniquilado pelas tropas do Governo, no Rossio, no dia 3 de Março de 1838.

Deste período marcado pela governação setembrista destacam-se dois aspetos merecedores de referência:

No que se refere às principais inovações legislativas produzidas pelos setembristas, aconteceram no âmbito da cultura, onde se destaca a criação dos liceus, a fundação da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, da Escola Politécnica de Lisboa e da fundação das Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto.

A Constituição de 1838 vigorou até ao golpe de estado perpetrado por Costa Cabral, em 1842, data em que a Rainha mandou proclamar outra vez a *Carta* como constituição política do País. Sobre a Constituição de 1838 escreve José Hermano Saraiva:

[ela] (...) representa uma tentativa de compromisso entre a Carta e a Constituição de 1822: volta-se à divisão tripartida dos poderes, desaparecendo, portanto, o poder moderador do rei, mas mantém-se-lhe o veto absoluto e robustece-se a chefia do executivo [...] (1999, p. 301).

Costa Cabral fez uma acrobacia política: passou da esquerda radical para a direita cartista, ele que tinha sido um dos chefes da revolta dos *arsenalistas*.

Que consequências teve essa mudança na ação governativa de Costa Cabral?

Como todos os realistas, preocupou-se menos com os princípios do que com os factos, menos com o futuro do que com o presente. Os objectivos que se propôs atingir foram a restauração da ordem no estado, a eficiência do serviço público, a docilidade da opinião pública. Algumas reformas importantes recaíram sobre o sistema tributário e a contabilidade pública, os serviços de saúde, a organização administrativa, na qual abandonou o rumo romântico de uma descentralização para a qual se invocava a tradição medieval e optou-se pela subordinação das autarquias ao poder central (Saraiva, 1999, p. 302).

Estas medidas, em grande parte tributárias, atingiram o país na sua totalidade e o descontentamento levou ao amplo movimento de *Maria da Fonte* contra o Cabralismo. A queda do ministro Costa Cabral não impediu Saldanha de continuar o modelo cabralista. Eclode, por isso, a revolta da *Patuleia*, com as juntas governativas a proverem e a excitaram em quase todo o Reino, o povo contra o Poder central. A contestação era tão forte que o Governo perdeu por completo o controlo político do País. Só com a intervenção estrangeira (sob a égide de Inglaterra) foram travados estes movimentos, cujo desfecho culminou com a assinatura da Convenção de Gramido.

Na sequência da revolta da Maria da Fonte, Costa Cabral foi afastado do Governo em 1846.

O período que se seguiu à agitação (1846-1851) foi um período de apatia, de estagnação, onde além das rotinas particulares nada de significativo se registou.

Costa Cabral regressou de novo ao poder em 1849, prolongando-se a sua última fase, ligado à atividade de governante, até 1851.

Em 1851, Saldanha, chefiando a revolta dos Regeneradores, afastou definitivamente Costa Cabral do poder. Propunha-se regenerar a nação e aproximá-la da Europa que cada vez mais se distanciava deste luso retângulo, tão fértil em querelas e intrigas partidárias, quanto incapaz de tomar uma providência que pusesse este país em marcha sobre o carril do desenvolvimento.

Foi a partir deste ano (1851) que o país conheceu um período de maior serenidade: as guerras civis terminaram e uma lufada de ar fresco anunciou o advento da tão suspirada reforma. Finalmente, entra-se numa fase de desenvolvimento e franca recuperação, com a chamada Regeneração. Este novo período, que se prolongou até ao advento da República, foi regido pela Carta Constitucional, a que se anexaram, sucessivos atos adicionais; no que diz respeito à atividade económica, o sector privado foi revitalizado, sendo acompanhado pela intervenção do Estado, que com a política de Fontes de Pereira Melo realizou um vasto programa.

Na segunda metade do século XIX, após a Regeneração, assiste-se ao desenvolvimento de uma indústria jornalística vigorosa e muito nervosa na cidade do Porto. Neste contexto, e para além dos títulos que saem a lume, é interessante analisar os documentos inerentes à constituição das empresas jornalísticas e respetivos títulos de habilitação das novas publicações, documentos que, embora incompletos, nos permitem estabelecer a genealogia dos jornais – por vezes os nome com que se habilitavam, nem sempre correspondia ao nome com que saíam a público, outras vezes nem sequer se chegavam a publicar –, os aspetos relacionados com o perfil e percurso dos editores responsáveis, dado que desde o início da era liberal se verifica uma crescente responsabilização dos editores, redatores e impressores (o Decreto de 19 de Outubro de 1840, obriga à declaração de Editor Responsável e Fiador no Governo Civil). Data também de 1846 o aparecimento da Liga Promotora dos Melhoramentos da Imprensa.

O ano de 1852 corresponde a profundas mutações na sociedade portuguesa, advindas da queda definitiva do Cabralismo em 1851 e do advento da Regeneração. Inovar é a palavra de ordem, acabar com a estagnação e desordem, provocadas pela instabilidade política em que até então se vivia. Os exemplos normalmente apontados relativos às mais importantes medidas levadas a efeito no ano de 1852, são a elaboração do Código Penal, a criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, a ocupação por Almeida Garrett da Pasta de Ministro dos Negócios Estrangeiros, a reorganização do ensino oficial, nomeadamente através da institucionalização pelo Estado do ensino técnico e o início da longa luta em favor do efetivo estabelecimento do sistema métrico decimal.

É com a Regeneração que Portugal consegue alcançar a necessária estabilidade política que lhe permita iniciar um período de crescimento económico<sup>3</sup>. A partir da estabilização política, as reformas avolumam-se. Vamos encontrá-las distribuídas um pouco por todos os sectores; reformas fiscais, reforma dos direitos aduaneiros, reformas monetárias e do sistema bancário, reforma e fomento das obras públicas, de que a construção dos caminhos-de-ferro, cujos primeiros trabalhos de assentamento dos carris se iniciam logo em 1853 é um bom exemplo. Este surto inovador vai também expandir-se para outros sectores, como o alargamento da rede de estradas, o melhoramento e abertura de novos portos e a expansão das comunicações à distância, nomeadamente através da introdução do selo postal, telégrafo e telefone. Todos estes aspetos, associados a importantes mudanças tecnológicas, são o *leitmotiv*, que permite a alguns autores afirmar que os primeiros anos da década de 1860 constituem uma importante viragem na história económica portuguesa, iniciando um período de significativo crescimento económico.<sup>4</sup> Mas, 1852 marca também o avanço do movimento associativo entre nós, de que a instalação da Associação Industrial Portuense e a fundação do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas são exemplo.

## 1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo assenta no levantamento e análise das publicações mencionadas com recurso ao espólio existente na Biblioteca Municipal do Porto e na Biblioteca Nacional, em Lisboa, suportado pela hermenêutica na análise e na síntese de textos insertos nos 34 periódicos consultados, tendo forçosamente em atenção, não apenas as nossas fontes primárias, mas também uma numerosa variedade de fontes secundárias, nomeadamente, a historiografia e a literatura, para o período em estudo.

Estamos conscientes de que toda a obra de pensamento, e muito mais quando se trata de uma publicação periódica, se constitui em função de certos temas estruturantes, que apresentam uma relação intrínseca ou que, graças ao esforço organizativo do intérprete, podem ser postos em relação, articulando elementos provenientes de diferentes círculos, mais ou menos concêntricos, em que a obra se inscreva.

---

<sup>3</sup>. Cf. a este respeito, MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno (1994), Cap. VIII.

<sup>4</sup>. Este crescimento económico, será no entanto objeto de algumas interrupções, motivadas nomeadamente por causas exteriores, como acontece com a redução das remessas dos emigrantes aquando da Guerra do Paraguai e com a instabilidade provocada no setor algodoeiro, pela interrupção das exportações americanas na sequência da Guerra da Secessão.

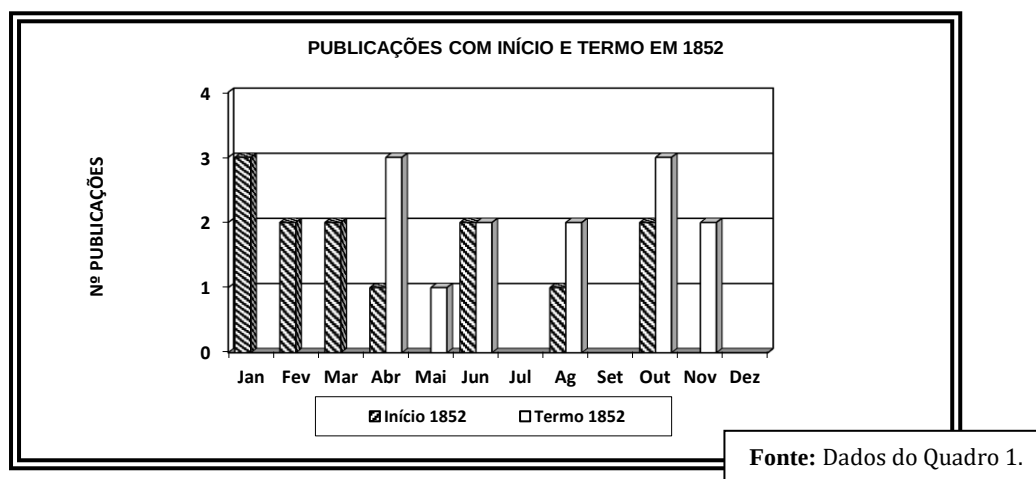


Por vezes, o texto revela-se insuficiente para apreender o alcance de certas afirmações. Urge, então, buscar ou prospetar, fora do texto, os dados requeridos pela determinação do seu sentido, ou seja, torna-se necessário apreciar o contexto, o conjunto ou família textual de que o texto é membro, no qual se procura encontrar aquilo de que a interpretação carece, para se completar, e que o texto, por si só, não contém e que, por isso, não pode fornecer. E quando as ambiguidades ou as indeterminações não encontram solução, através da exploração do contexto, da inserção no corpo intertextual para que o texto remete, ou com que se relaciona, há que considerar o seu referente extra-contextual, o que está aquém e para além do texto em causa e de todos os textos que invoca, quer dizer, o conhecimento disponível sobre o quadro de circunstâncias em que o texto foi gerado, circulou e exerceu a sua influência. No entanto, não aceitamos ficar escravos das opções metodológicas fixadas *a priori*. Foi nossa convicção que deveriam ser os problemas a solicitar a metodologia adequada para responder às perguntas e foi o que aconteceu na recolha, sistematização e tratamento de dados que integram este estudo exploratório que agora sai a lume. O levantamento obrigou a uma organização rigorosa e funcional do material recolhido. Assim, o suporte documental de apoio a este artigo foi organizado em alguns ficheiros informatizados (base de dados) e diversos “dossiês” também digitais, constituídos por fichas e digitalizações dos periódicos consultados.

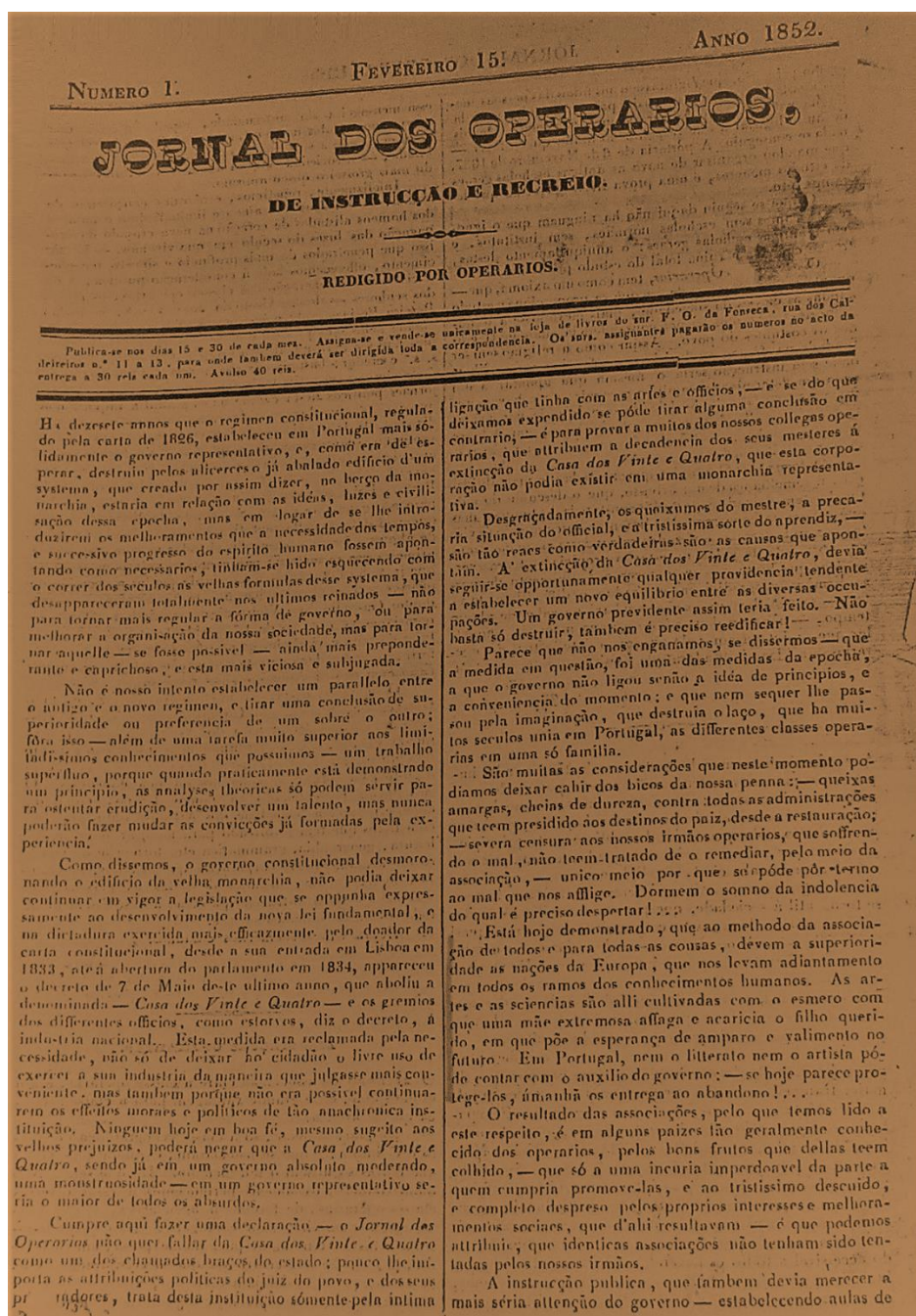
## 2. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS COM INÍCIO EM 1852

O universo de publicações periódicas com início em 1852 (Quadro 1), revelou-se extremamente significativo, pelo que a sua análise permitiu desde logo concluir que o aparecimento de novas publicações ocorre ao longo de todo este ano (Gráfico 1), sendo o mote dado logo, em pleno mês de janeiro, quando saem a lume três novos títulos.

**Gráfico 1** – Publicações Periódicas com início e termo em 1852.



Mas, se o ano se inicia com novas publicações nas bancas, a verdade é que muitos dos títulos que saem a público desaparecem alguns meses depois (Graf. 1), evidenciando o carácter efémero da generalidade dos novos títulos no ano em estudo, tendo em conta as dificuldades, sobretudo económicas, com que as mesmas se debatiam. Este gráfico permite ainda efetuar uma análise comparativa do início e fim de publicação dos diferentes títulos, bem como da sua repartição ao longo dos diferentes meses deste emblemático ano de 1852.



Primeira página do primeiro número do “Jornal dos Operários”, 15 de fevereiro de 1852.



# JORNAL DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE.

NUMERO I.

DOMINGO 15 DE AGOSTO.

ANNO 1852.

## JORNAL DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE.

ESTE jornal, como o indica o seu titulo, é, principalmente, o órgão da Associação Industrial Portuense.

E' o registo dos trabalhos, e dos actos d'uma associação cujo objecto foi definido pelos estatutos que adiante publicamos, e perfeitamente sentido pelo diacurso que o nosso presidente pronunciou na primeira sessão e que tambem faz parte d'este numero.

Mas além d'este primeiro encargo, e parallelamente, o jornal publicará artigos especiaes fornecidos, ou pelas diferentes secções da nossa commissão technologica, cujos membros abaixo nomeamos, ou por pessoas estranhas, e, em todo o caso, previamente discutidos e approvados por — um conselho de redacção — eleito nella commissão.

Os annuncios de bibliographia industrial que a commissão technologica admitir como uteis á propagação dos conhecimentos uteis serão publicados gratuitamente.

O jornal sahirá no dia 1.º e 15 de cada mez, por cadernos de 2 folhas em 4.º, com 2 columnas, como se vê do presente numero. Formando por consequencia no fim d'um anno um volume de 384 paginas.

Publicar-se-hão, quando forem necessarias para a intelligencia do texto, estampas lithographadas ou abertas em madeira.

### Preço da assignatura.

|               |            |                   |
|---------------|------------|-------------------|
| Por anno...   | 1:200 reis | } Pago adiantado. |
| Por semestre  | 720 "      |                   |
| Por trimestre | 400 "      |                   |

Não se vende avulso.

Assigna-se na rua do Bomjardim n.º 566; em casa de mr. Moré, praça de D. Pedro n.º 60; e na loja de livros do snr. Cruz Coutinho, rua dos Caldeireiros n.º 14.

A correspondencia deverá ser dirigida franca de porte — A' Redacção do Jornal da Associação Industrial Portuense — Porto.

## RELATORIO.

**SENHORA!** — As classes industriaes que n'esta cidade exercem numerosas e mui variadas profissões, com grande vantagem do estado, não só por ser a industria uma das mais copiosas fontes da riqueza nacional, mas tambem por ser o trabalho de que subsistem o meio mui proficuo para moralizar a gente da mais baixa esfera e condição, vem respeitosamente lembrar a V. M. a commissão, e as grandes vantagens da se reunirem n'uma associação, que possa representar os seus interesses; supplicando desde já a graça de V. M. haver por bem approvar os estatutos que para este fim são agora levados á real presença.

N'um paiz como Portugal, donde a educação das massas está entregue á sua bon indole, e aos costumes patriarchaes, que a corrupção dos tempos ainda não pôde completamente destruir, uma associação que tome como primeiro fim educar, e instruir as classes laboriosas, já ensinando-lhe a prezar o trabalho, e a praticar a virtude, já fazendo-as conhecedoras de quanto pôde aperfeiçoar a industria, que só a ignorancia conserva em ataxo, é bem digna da protecção do governo da V. M.

Mas se a este fim tão patriótico, e tão justo accrescerem outros de não menor importancia, como são o auxilio mutuo de que a nossa industria nascente tanto precisa: o melhoramento possível na condição do operario; o mil outros taes como o estabelecimento de machinas e instrumentos d'utilidade commun, que sendo indispensaveis a muitos, não podem ser por um só creado, por os grandes capitães que demandam não equivalerem ao serviço que lhes prestam, ella não pôde reccar que lhe seja negada a graça que pertendem.

Senhora! O desenvolvimento rapido, e progressivo, que a industria estrangeira apresenta dia-



159

NUMERO 1. SABBADO 11 DE DEZEMBRO. ANNO DE 1852.

# O PROGRESSO INDUSTRIAL

JORNAL DAS OBRAS PUBLICAS  
DA AGRICULTURA E DO COMMERCIO

REDACTOR PRINCIPAL — ORTAIRE FOURNIER.

Administração e redacção.  
Rua de S. Roque n.º 64.

A correspondência tanto da redacção, como da administração, franca — As cartas que não tiverem marca de franquia não serão recebidas — Os artigos mandados á redacção, sejam ou não publicados, não serão restituídos. Publica-se ás quartas e sabbados.

Preços:

Anno ..... 3:000  
Semestre ..... 1:600  
Trimestre ..... 800  
Folha avulsa ..... 40

Annuncien:

Cada linha ..... 20

Subscriva-se no escriptorio da administração e da redacção, rua de S. Roque n.º 64, ou de-se no mesmo escriptorio: a nas lojas do costume, as naturas não pagas a diastadas.

## O PROGRESSO MATERIAL.

As idéas tendem por si mesmas a representarem-se em cousas. Ainda não houve no mundo uma só crença viva aceita pela sociedade, que não deixasse de si vestígios materiaes, que se não symbolisasse em proporções e formas adequadas ao seu poder e natureza. Nesse montão de ruínas do nosso antigo estado social está assignalado o predomínio de muitas idéas secundas, e marcados os grãos da sua energia. Que são esses mosteiros, essas misericordias, essas casas municipaes, esses volumes da historia da nossa civilização, escriptos a expensas do nosso espirito e da nossa bolsa. Só á geração actual hão de falecer recursos e vigor para executar as obras, que o seculo tem talhado para todos os povos? Só ella ha de deixar uma affrontosa lacuna no progresso nacional? Só na nossa terra, não hão de entrar os raios da nossa luz civilisadora? Só nós havemos de ficar privados das maravilhas que tanto como os demais povos comprehendemos e merecemos? Indigno-me contra esta fatalidade; não me curvo a ella; não a reconheço. Desadorno os que se lhe submettem, o os que a fomentam.

Basta considerar o que se tem escripto ultimamente ácerca dos caminhos de ferro para conhecer até que ponto andam entre nós corruptos os espiritos, trocadas as legendas dos partidos, o obscurecidas as verdades mais triviaes da economia politica. Que nos mostrem um só paiz na terra, onde se tenha feito deste assumpto um capitulo de accusação, que nos indiquem um só jornal onde se tenha estampado ácerca d'um ponto de tão geral assentimento, o que se lê em parte da nossa imprensa, que nos apontem uma ostentação d'absurdos, um alarde de pequices como temos observado mesmo entre muitos homens conspicuos do nosso gremio politico e nós ajoelharemos diante desses tribunos da barbaridade, e renegaremos a seus pés a razão, a sciencia e a fé democratica.

Que aberração do senso commum! Que planos desconcertados! Que fertilidade d'expedientes! Que miseria de sofismas! Uns exclamam que todas as communicações do reino se devem fazer pelas vias fluviaes aonde em metade do anno se caminha a pé enxuto, e para este grande intuito propõe canalisações apenas realisaveis em meio seculo e á custa de immensas sommas que ninguem para tal fim nos empresta. Outros sustentam que basta enxugar os atoleiros das nossas antigas estradas, alerrar os seus corgos, concertar o seu empedramento para alcançarmos uma viação correspondente á nossa actividade e trafego. Outros transcendendo n'um vôo atrevido a idade em que vivemos, illuminados por uma confiança fantastica nos progressos da sciencia, opinam que esperemos por inventos de locomoção mais commodos e aperfeiçoados, não consumindo os nossos capitales nas vias ferreas, que em breve serão caducas e anachronicas. Outros decidem que este pequeno tracto de terra ficando no couce da Europa, e não convergindo nelle as linhas mais frequentadas do transito universal, não tem mercadorias nem gente para sustentar communicações de dispendiosa construção e desnecessaria rapidez, e entendem que a providencia nos destinou a uma inferioridade forçosa e incontestavel.

Eu não admitto estas razões dilatorias, estas economias insensatas, estas objecções geographicas para nos abstermos da construção dos caminhos de ferro. Sei que o nosso paiz está comparativamente mais atrasado do que a maior parte daquelles aonde esses caminhos se tem estabelecido, mas sei tambem que as vias ferreas são ao mesmo tempo a iniciação e o complemento da civilização. Vejo que todos os governos se apressam em as pôr por obra sem olhar á exiguidade dos terrenos, á pouca densidade da população ao acanhado movimento do commercio, e adopto estes erros tão geralmente seguidos, tendo em menor conta os profundos dissertadores, os engenhosos arbitristas que tem procurado desvairar a opinião publica e deslentar o governo de proseguir n'um empenho de que hão de resultar maior cultura nos espiritos, maior policia nos costumes, maior parateza em todos os productos, maior redução nas despesas individuaes, maior

Primeira página do primeiro número de "O Progresso Industrial", 11 dezembro de 1852.

**Quadro 1 e 2:** publicações periódicas com início em 1852.

| <i>Título</i>                             | <i>Início publicação</i> | <i>Fim publicação</i> | <i>Local</i>  | <i>Classif. temática</i>                         | <i>Periodicidade</i> |
|-------------------------------------------|--------------------------|-----------------------|---------------|--------------------------------------------------|----------------------|
| Globo ( O )                               | 01 Jan. 1852             | 30 Abr. 1852          | Lisboa        | Noticioso                                        | Diário               |
| Homem ( O )                               | 06 Out. 1852             | 5                     | Lisboa        | Político Progressista – Histórico                | Semanal              |
| Ilha ( A )                                | 25 Mar. 1852             | 1863                  | Ponta Delgada | Político e Noticioso - Partido Cartista          | Semanal              |
| Ilustração ( A )                          | 15 Jan. 1852             | 04 Out. 1852          | Lisboa        | Noticioso                                        | Quinzenal            |
| Imprensa ( A )                            | 15 Jan. 1852             | 13 Ag. 1853           | Lisboa        | Político Conservador; Cartista                   | Diário               |
| Instituto ( O )                           | 15 Mar. 1852             | 6                     | Coimbra       | Científico e Literário                           | Não Indica           |
| Iris ( O )                                | 20 Mar. 1852             | Abr. 1852             | Coimbra       | Literário, Instrução e Recreio                   | Semanal              |
| Janota Critico ( O )                      | 13 Jun. 1852             | 7                     | Lisboa        | Literário                                        | Semanal              |
| Jornal da Associação Industrial Portuense | 15 Ag. 1852              | 8                     | Porto         | Noticioso e de Divulgação de Conhecimentos Úteis | Bimensal             |
| Jornal dos Operários                      | 15 Fev. 1852             | 30 Abr. 1852          | Porto         | Instrução e Recreio                              | Bimensal             |
| Justiça ( A )                             | 01 Jan. 1852             | 08 Out. 1853          | Lisboa        | Político – Partido Cabralista                    | Diário               |
| Ordem ( A )                               | 05 Jan. 1852             | 01 Set. 1860          | Funchal       | Político – Partido Cartista                      | Semanal              |
| Paquete Comercial                         | 23 Mar. 1852             | 1854                  | Lisboa        | Comércio                                         | Semanal              |
| Península                                 | Fev. 1852                | Jun. 1853             | Porto         | Literário e Instrutivo                           | Semanal              |
| Pobres na Terceira                        | 26 Nov. 1852             | 19 Mar. 1865          | Angra         | Noticioso                                        | Semanal              |
| Postilhão ( O )                           | 29 Fev. 1852             | 23 Mai. 1852          | Lisboa        | Noticioso                                        | Semanal              |
| Progresso Industrial (O)                  | 11 Dez. 1852             | 03 Mar. 1853          | Lisboa        | Obras Públicas Agricultura e Comércio            | Bissemnal            |
| Revue Lusitannienne                       | 02 Jan. 1852             | 05 Nov. 1852          | Lisboa        | Literária e Noticiosa                            | Não Indica           |
| Seringação ( A )                          | 03 Out. 1852             | 21 Nov. 1852          | Lisboa        | Crítico e Literário                              | Semanal              |

| <i>Título</i>                                                  | <i>Início publicação</i> | <i>Fim publicação</i> | <i>Local</i> | <i>Classif. temática</i>                               | <i>Periodicidade</i> |
|----------------------------------------------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------|--------------------------------------------------------|----------------------|
| Almanaque Português                                            | 1852                     | 1854                  | Lisboa       | Instrução e Recreio                                    | Anual                |
| Artista ( O )                                                  | 01 Abr. 1852             | Jun. 1852             | Lisboa       | Instrução e Recreio                                    | Semanal              |
| Aurora                                                         | 22 Mar. 1852             | 12 Jun . 1852         | Porto        | Literário                                              | Semanal              |
| Baratíssimo ( O )                                              | 17 Jun. 1852             | 09 Out. 1852          | Funchal      | Noticioso                                              | Semanal              |
| Bardo ( O )                                                    | Mar . 1852               | 1854                  | Porto        | Poesia Inédita                                         | Semanal              |
| Beneficiencia ( A )                                            | 01 Nov. 1852             | 15 Jan. 1854          | Lisboa       | Religioso e Literário                                  | Semanal              |
| Boletim do Ministério das Obras Publicas, Comercio e Indústria | Jun. 1852                | Dez. 1868             | Lisboa       | Legislação                                             | Não Indica           |
| Campeão do Vouga ( O )                                         | 14 Fev. 1852             | 26 Out. 1859          | Aveiro       | Político. Literário e Comercial                        | Bissemnal            |
| Christianismo ( O )                                            | 03 Jan. 1852             | 01 Jan. 1853          | Porto        | Religioso                                              | Semanal              |
| Derriço ( O )                                                  | 06 Jun. 1852             | 08 Ag. 1852           | Lisboa       | Crítico e Satírico                                     | Semanal              |
| Entre – Acto ( O )                                             | 02 Out. 1852             | 20 Out. 1852          | Lisboa       | Assuntos Teatrais                                      | Quinzenal            |
| Escholiste ( O )                                               | 1852                     | 1869                  | Lisboa       | Jornal dos Facultativos Militares                      | Não Indica           |
| Esperança                                                      | 01 Set. 1852             | 1854                  | Lisboa       | Político, Literário e Religioso Conservador Reformista | Diário               |
| Eu, Tu e Elle                                                  | 01 Ag. 1852              | 17 Ag. 1852           | Lisboa       | Crítico, Literário e de Costumes                       | Semanal              |
| Gil Vicente                                                    | 10 Nov. 1852             | 16 Abr. 1853          | Lisboa       | Literatura e Teatro                                    | Semanal              |

**Observação:** PEREIRA, A.X. (1865:67), menciona ainda *Album Litterario do Mensageiro Lisbonense*, Lisboa, *Cysne do Tejo (O)*, Lisboa, *Gratuito (O)*, Ponta - Delgada e *Mil e uma Catanadas (As)*, Lisboa, publicações que não introduzimos neste quadro devido à insuficiência de dados que permitissem a sua caracterização.

<sup>5</sup> Devido à escassez de números existentes, não nos foi possível concluir quando este periódico deixa de se publicar.

<sup>6</sup> Deixa de se publicar em 1981. Os últimos volumes (140 e 141), encontram-se agrupados.

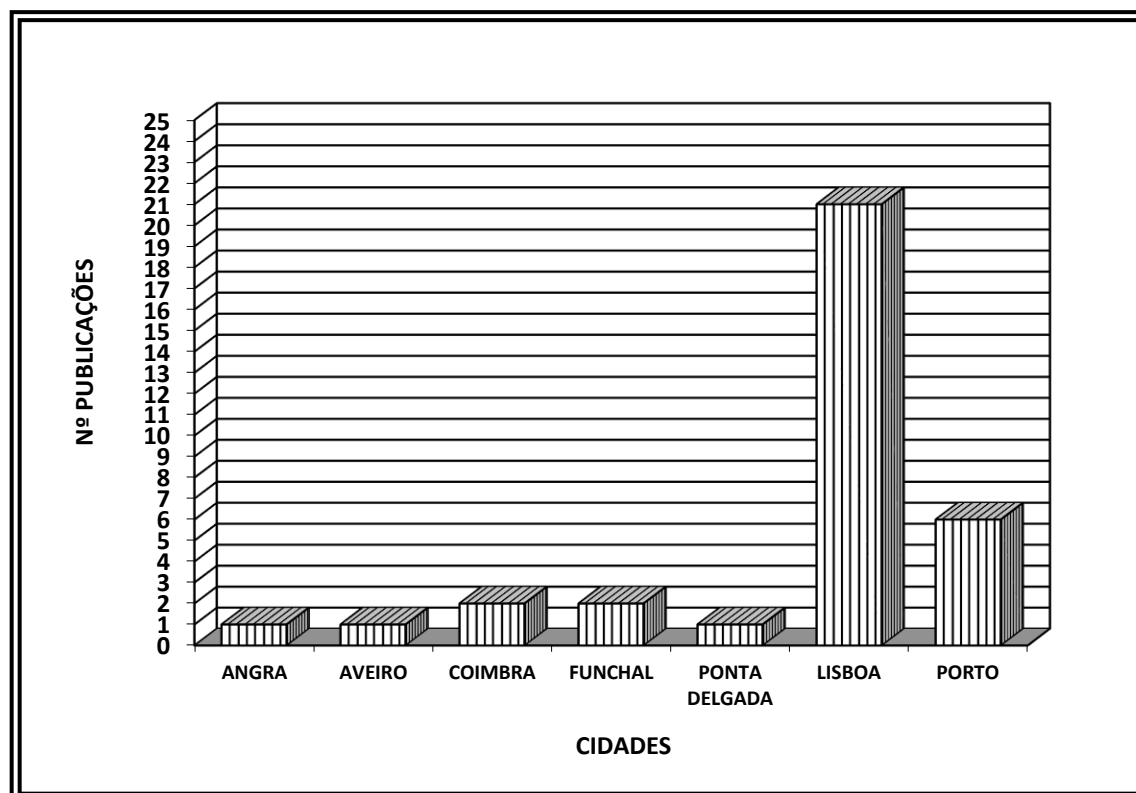
<sup>7</sup> Também neste caso, a escassez e o mau estado de conservação dos números existentes, não nos permitem indicar qual a data em que termina a sua publicação.

<sup>8</sup> O último número por nós encontrado é o de 01 de dezembro de 1864.

### 2.1. Distribuição geográfica

Dos trinta e quatro títulos identificados, vinte e um publicam-se na cidade de Lisboa. Com efeito, ao iniciar-se a segunda metade do século XIX, o grande movimento editorial e empresarial, continuava a centrar-se na capital do Reino <sup>9</sup>. Em segundo lugar, aparece-nos a cidade invicta com uns escassos seis títulos, repartindo-se os restantes entre Coimbra e Funchal com dois títulos e, por último, Angra, Aveiro e Ponta Delgada, com um título cada (Gráfico 2). Não obstante apresentar apenas seis títulos, a verdade é que a cidade invicta ao longo do ano em estudo apresenta uma matiz diversificada de publicações, no âmbito das quais se destacam, sem dúvida, as temáticas de índole literária, instrutiva e de divulgação de conhecimentos úteis elementares e de cariz popular. Constatase ao longo deste ano a escassez de publicações ligadas à divulgação de conhecimentos considerados úteis, na cidade de Coimbra e nos meios institucionalizados (Universidade). Mas, se a iniciativa editorial não abundava, a verdade é que membros ligados à universidade aparecem com frequência a assumir posições de chefia e/ou de colaboração em diversos e importantes projetos editoriais da época.

**Gráfico 2.** Distribuição geográfica das publicações periódicas com início em 1852.



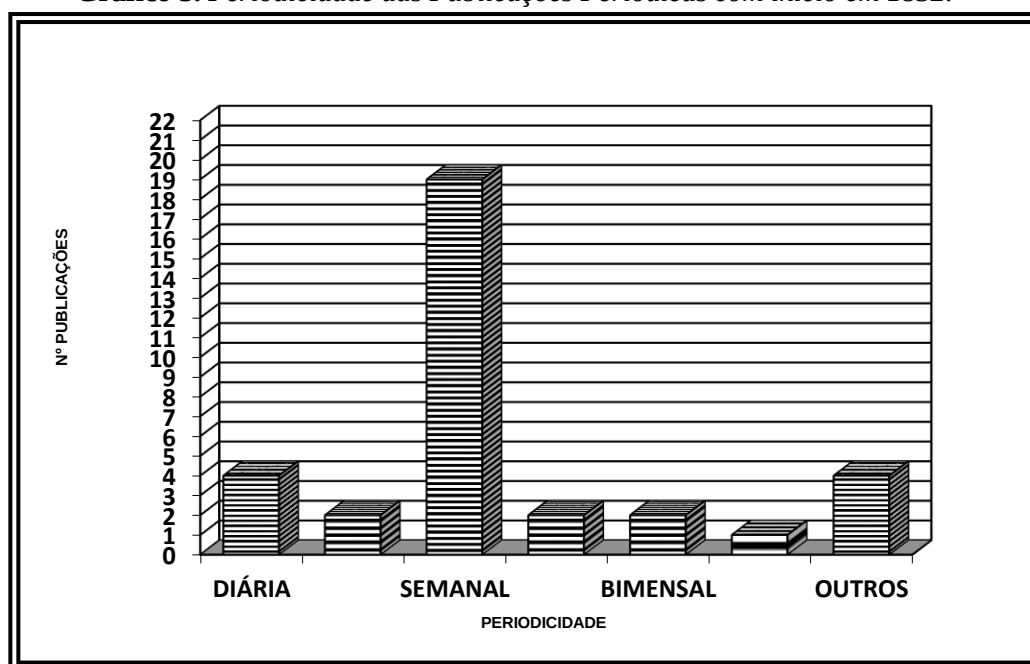
**Fonte:** Dados do Quadro 1.

<sup>9</sup> Para o período que decorre de 1772 a 1852, Cf. NUNES, Maria (1994).

## 2.2. Periodicidade

Todos os obstáculos inerentes ao lançamento e sobretudo, manutenção de uma nova publicação, são inquestionavelmente fatores que se tornam explicativos da inequívoca predominância de publicações de periodicidade semanal (Gráfico 3).

**Gráfico 3.** Periodicidade das Publicações Periódicas com início em 1852.



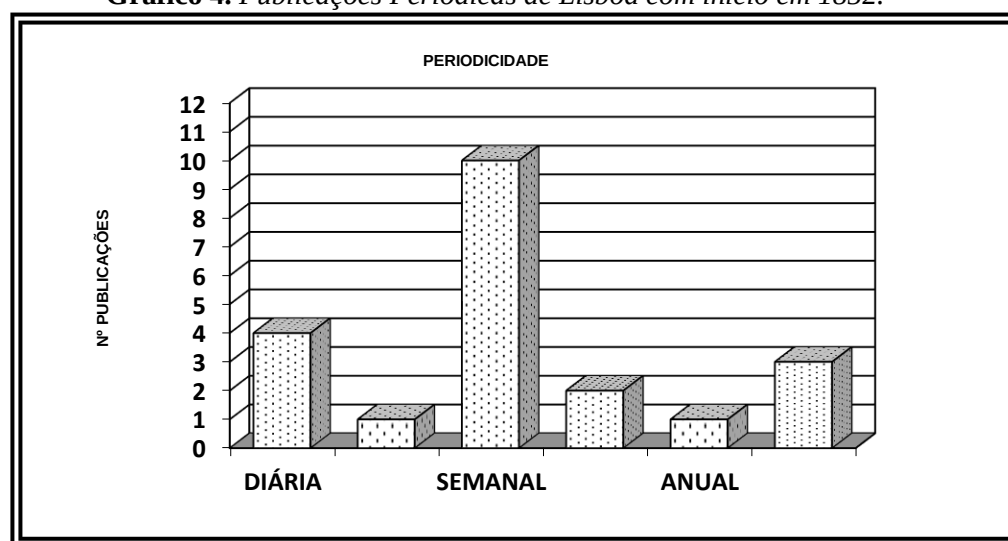
Fonte: Dados do Quadro 1.

A maioria destas publicações - dez títulos (Gráfico 3), publicam-se na capital do Reino, cidade onde pela sua densidade populacional, se tornava aparentemente mais fácil idealizar e lançar uma nova publicação. Dizemos aparentemente, porque numa altura em que os hábitos de leitura, como já anteriormente referimos, não se encontravam muito enraizados, as dificuldades económicas rapidamente punham termo às novas publicações, sobretudo quando as mesmas incidiam sobre assuntos passíveis de concorrência ou se encontravam afetas a determinado grupo ou facção política.

O elevado número de publicações de periodicidade semanal, numa época de profundas mutações na vida portuguesa, afigura-se-nos uma forma de combater as dificuldades económicas inerentes à conceção, lançamento (inventar um novo título, contatar colaboradores...) e manutenção de um número razoável de leitores e assinaturas pela generalidade das publicações periódicas.

Parece-nos lógico e evidente que ao lançar uma nova publicação, o objetivo fundamental consistia em evitar aquilo a que podemos apelidar de "morte súbita", ou seja, o seu desaparecimento após escassos números, cumprindo não raras vezes apenas um compromisso que havia sido assumido perante a opinião pública. As penhoras e a venda da empresa jornalística - com as respetivas transferências de assinaturas - são um recurso frequentemente utilizado quando o avolumar de dificuldades se torna absolutamente incontrolável. As publicações diárias noticiosas e de matiz essencialmente política repartem-se entre as duas principais cidades do país - Lisboa e Porto. À exceção de *A Esperança*, publicação de Lisboa, com uma duração de cerca de dois anos, as restantes apresentam uma duração relativamente curta.

**Gráfico 4.** *Publicações Periódicas de Lisboa com início em 1852.*



Fonte: Dados do Quadro 1.

### 2.3. Distribuição temática

No dealbar da Regeneração Nacional, assiste-se ao início de um significativo número de publicações. A elaboração do Quadro 2, permitiu-nos constatar a existência de três polos temáticos aglutinadores: Literários, Políticos e Noticiosos, à volta dos quais se concentra uma grossa fatia destas publicações. Pela especificidade dos seus conteúdos, destacam-se as publicações que se agrupam em torno do núcleo genérico daquilo que designamos Comércio e Obras Públicas as quais, afetas ao recém-formado Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, informam e incentivam ao progresso económico e material do país.



**Quadro 2:** Quantificação da Distribuição Temática das Publicações com Início em 1852.

| Temas                 | %          |
|-----------------------|------------|
| POLÍTICOS             | 18         |
| LITERÁRIOS            | 28         |
| COM. E OBRAS PÚBLICAS | 6          |
| CRÍTICOS              | 6          |
| MILITARES             | 3          |
| TEATRO                | 3          |
| INSTRUÇÃO E RECREIO   | 9          |
| NOTICIOSOS            | 15         |
| RELIGIOSOS            | 6          |
| LEGISLAÇÃO            | 3          |
| POESIA                | 3          |
| <b>TOTAL</b>          | <b>100</b> |

**Fonte:** Dados do Quadro 1.

Este último núcleo temático, a que fizemos alusão, integra-se na chegada de engenheiros e economistas ao poder, acompanhada pela implementação de um vasto programa de obras públicas e fomento económico. É assim que logo em 11 de Dezembro de 1852, surge um novo título - *O Progresso Industrial - Jornal das Obras Públicas da Agricultura e do Commercio*, na sequência da necessidade de esclarecer a opinião pública sobre as vantagens da abertura de novas vias de comunicação e esclarecendo sobre os trabalhos a realizar pela, entretanto formada, Companhia Central Peninsular dos Caminhos de Ferro em Portugal.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS:

“O jornal é o livro do povo”. (O Palito, nº 1, 23 julho 1843).

A Regeneração, mais do que um movimento político, foi, parece-nos, no modo como Alexandre Herculano a interpretou, para a ela aderir, uma ideia que alimentou a intervenção cívica, com o intuito de ilustrar a Nação Portuguesa, de tal forma que Portugal pudesse acompanhar o desenvolvimento dos países mais avançados da Europa. A sua finalidade imediata, recortada no período de tumultuosa perturbação em que se inaugurou a ordem política constitucional, apontava para o renascimento da Nação, “repondo-a no carril do liberalismo de onde muito se transviara, [para] estabelecer e consolidar a paz nacional, a paz das armas, a paz dos espíritos, na esperança de que os portugueses pudessem dedicar-se ao trabalho com alegria e proveito” (Carvalho, Rómulo, 2001, p. 786).

As generalidades dos periódicos estudados revelam ainda interesse pela democratização do saber, mas o cuidado e rigor na seleção e apresentação dos diferentes temas afasta-os do saber divulgado pelos Almanques que ao tempo se publicavam.

Retivemos também o papel desempenhado pela imprensa para o surto associativo. Ao longo das páginas de várias das publicações analisadas, é evidente a defesa e propaganda do associativismo, como elemento ideológico para a consolidação dos interesses sobretudo das classes operárias. Se o associativismo é uma constante das Associações até à década de 90, o associativismo de características mutualistas apresentava a educação e a instrução como *leitmotiv* para o progresso material do país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTO, Magalhães (1940). “Conferência”. In *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*», Porto: Câmara Municipal.

CASTANHEIRA, Maria (2000). *O Jornal da Associação Industrial Portuguesa. Contributos para o Estudo do Publicismo Tecnológico no Século XIX (1822-1864)*. Porto, edição de autor.

CASTANHEIRA, Maria (1999). *Os Annaes da Sociedade Promotora da Indústria Nacional – os primórdios da imprensa industrial e associativa em Portugal*, in “Revista do CEPFAM, nº 5.

CASTANHEIRA, Maria (1998). “A “Imprensa Industrial” do Liberalismo À Crise Económica de 1876 – Contributos para a elaboração de um Roteiro da Imprensa Económica Portuguesa”, in Atas do Colóquio, *A Indústria em Perspectiva Histórica*, Alves, Jorge (coord. de) Porto: CEPFAM.

MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno (1994). *História Económica de Portugal, uma Perspetiva Global*. Lisboa: Presença.

NUNES, Maria (2004). *A Imprensa especializada na segunda metade do século XIX em Portugal*, Estudos de Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

NUNES, Maria (1994). *Leitura e Agricultura. A Imprensa Periódica Científica em Portugal (1772-1852)*. Évora: Universidade de Évora.

MARQUES, Oliveira. (1977). *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores.

PEREIRA, A.X. (1895). *O Jornalismo Portuguez. Resenha Cronologica de todos os Peridicos Portuguezes... desde meados do século XVIII até à morte do saudoso rei D. Luiz I... extrahida do Diccionario Jornalístico Portuguez*. Lisboa.

RODRIGUES, João (2008). *A Educação na Revista O Panorama*. Vila Real: UTAD. Disponível em: [repositorio.utad.pt/bitstream/10348/108/1/phd\\_jbrodrigues.pdf](http://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/108/1/phd_jbrodrigues.pdf).

SARAIVA, José Hermano (1999). *História Concisa de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa América.

TENGARRINHA, José (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho: